

**7. CPE.4.18.DMOSM "ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS –
REQUALIFICAÇÃO 1ª. FASE:**

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de 18 de junho do corrente ano, segundo a qual adjudica e aprova a minuta do contrato, respeitante ao concurso público mencionado em epígrafe.

Faz parte integrante da minuta o relatório final de análise e avaliação das propostas e minuta do contrato.

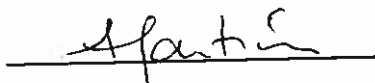
Concurso Público: **CPE.4.18.DMOSM – “ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS – REQUALIFICAÇÃO 1ª FASE”**

Assunto: **RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E DE APROVAÇÃO DA MINUTA.**

Propõe-se ratificar:

- a decisão de adjudicação à empresa M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA. pelo valor de 2.525.662,43€, e de aprovação da minuta, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 18/06/2018.

Braga, 18/06/2018


(Ana Martins, Eng.^a Civil)



BRAGA

DMOSM

RELATÓRIO FINAL
CONCURSO PÚBLICO: CPE.4.18.DMOSM

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

(Eng.^a Alzira Torres)

21/06/18

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

18/06/18

Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

1.- Introdução e identificação:

Identificação do procedimento: *Concurso Público para "ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS – REQUALIFICAÇÃO 1ª FASE"*

Identificação do órgão competente para a decisão de contratar: *Câmara Municipal de Braga*

Preço Base do Procedimento: € 2.673.473,07

Prazo Base do Procedimento: 450 dias

Identificação do Júri:

Membros efetivos:

Gaspar Silva (Presidente)

Ana Martins (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Francisco Marques

Membros suplentes:

Valéria Borges

Nuno Azevedo

Reunião realizada em: 13/06/2018

Reunião efetuada em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela

Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, e republicado com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, com as retificações publicadas pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017 de 30 de outubro e Declaração de Retificação n.º 42/2017 de 30 de novembro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 2464/2018, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 77, de 19 de abril de 2018, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes

II.- Audiência Prévia e Ordenação das Propostas:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

III.- Recomendação ao órgão decisor:

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

- I. A exclusão das propostas a seguir identificadas, com os fundamentos constantes do Capítulo II do presente Relatório:**

Identificação do concorrente	Preço	Prazo
Alexandre Barbosa Borges, S.A.	€ 4.315.178,70	450
Construções Refoiense, Lda	€ 3.099.983,59	450
DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	€ 3.651.701,70	450

Handwritten signatures and initials:
2/10
Al
ts

II. A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Pontuação final
1º	M. Kairos – Engenharia & Construção, S.A	€ 2.525.662,43	0,23
2º	Costeira – Engenharia e Construção, S.A.	€ 2.665.063,85	0,04

III. A adjudicação da empreitada.

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente **M. Kairos – Engenharia & Construção, S.A.** ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€ 2.525.662,43**, a que acresce o IVA à taxa em vigor.

II.1 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

II.2 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

II.3 – Contrato Escrito

• **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

III – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do "Relatório Final".

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Nada mais tendo ocorrido nesta reunião e nada mais havendo a diligenciar, foi dada por finda e encerrada.

O Júri do Procedimento



.....
(Eng.º Gaspar Silva)



.....
(Eng.ª Ana Martins)



.....
(Eng.º Francisco Marques)



MINUTA / CONTRATO N.º CPE.4.18.DMOSM

ENTRE,

Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «**Dono da Obra**»; _____

E

Segunda: M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., com sede no Parque Industrial JFS, Rua do Portelo, Pavilhão 4, da União de Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães, concelho de Braga, 4700-187 Parada de Tibães, pessoa coletiva n.º 506530817, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 50.000,00, (cinquenta mil euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificado por «**Empreiteiro**». _____

Considerando que: _____

- a) Por despacho do vice-presidente da Câmara, de 3 de abril de 2018, em substituição do presidente da Câmara, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, ratificado por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Braga, em reunião de 16 de abril de 2018, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.4.18.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor; _____
- b) A rubrica orçamental, por onde será satisfeita a despesa resultante deste contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: 07/07010305, conforme cabimento n.º 27377, de 26/03/2018 e de compromisso n.º 32866, de 13/06/2018, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para os anos seguintes, conforme consta do referido compromisso, encontrando-se a respetiva assunção de compromisso plurianual autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 29 de dezembro 2017. _____
- c) No seguimento do *Relatório de Análise e Avaliação da Proposta*, por decisão do presidente da Câmara, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data,

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos;_____

d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____

e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos;_____

_____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS – REQUALIFICAÇÃO 1.º FASE"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos._____

_____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso._____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____Os trabalhos de empreitada serão executados nas freguesias de **Adaúfe e Palmeira**, concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 2.525.662,43 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois euros e quarenta e três cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor._____

Artigo 4.º
(Condições de pagamento)

____ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

____ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º
(Revisão de preços)

____ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. _____

____ 2. A revisão de preços obedece à fórmula expressamente indicada nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

____ 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____

____ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. _____

Artigo 6.º
(Prazo de execução da empreitada)

____ O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **450 (quatrocentos e cinquenta) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª das cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

Artigo 7.º
(Cessão da posição contratual)

____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro

integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. _____

_____.3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. _____

_____.4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. _____

_____.5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

_____.1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. _____

_____.2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

_____.1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

_____.2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 10.º

(Caução)

_____.1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de € (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante....., arquivada no respetivo processo. _____

____ 2. Para reforço da caução, proceder-se-á retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____ A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 12.º
(Gestora do contrato)

____ 1. O dono da obra designa **Paula Cristina Monteiro Álvares Pereira** como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____ 2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____ 3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir a gestora do contrato. _____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____ 1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____ 2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes: _____

____ a) Primeiro outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**. _____

____ b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@kairos.com.pt**; _____

____ 3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____ 4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

____ 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

- ____ 1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____
- ____ 2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.____
- ____ 3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.____
- ____ 4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.____
- ____ 5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.____
- ____ 6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:____
- ____ a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;____
- ____ b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;____
- ____ c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;____
- ____ d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º **(Invalidade parcial)**

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º **(Foro competente)**

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

_____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

_____ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

_____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)

_____ O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. _____

_____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes. _____

Braga, de junho de 2018.

Pelo Dono da Obra,

(.....)

Pelo Empreiteiro,

(.....)